

Competitividade sistêmica de distritos industriais no desenvolvimento regional: uma comparação

Systemic competitiveness of industrial districts and regional development: a comparative analysis

*Nelson Casarotto Filho**

*Josiane Minuzzi***

*Paulo da Cruz Freire dos Santos****

Resumo

Este artigo tem o objetivo de comparar os efeitos dos distritos industriais moveleiros de São Bento do Sul (Brasil) e Forlì (Itália) no desenvolvimento regional de seus respectivos territórios. Para a análise dos distritos industriais e de seus impactos no desenvolvimento de cada região foram utilizados referenciais teóricos, dados estatísticos do Brasil e Itália e o modelo de competitividade sistêmica do Instituto Alemão de Desenvolvimento (IAD). Os resultados mostram diferenças culturais, estruturais (macro e micro) e níveis desiguais de distribuição de renda.

Palavras-chave: distritos industriais; competitividade sistêmica; desenvolvimento regional.

Abstract

This paper aims to compare the effects of the furniture industrial districts of São Bento do Sul (Brazil) and Forlì (Italy) on the regional development of their territories. For this analysis, theoretical issues, statistical data and IAD's model of systemic competitiveness were used. The results show cultural and structural (macro and micro) differences and income inequality.

Key words: industrial districts; systemic competitiveness; regional development.

* Graduado em Engenharia Química pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente é Professor Adjunto IV da Universidade Federal de Santa Catarina, atuando como orientador de mestrado e doutorado. Atua principalmente nos temas: Planejamento Industrial, Estratégias Empresariais, Redes de Empresa e Desenvolvimento Regional. casarotto@deps.ufsc.br

** Graduada em Administração pelo UFTPR - Campus de Pato Branco, especialista em Gestão de Pessoas pela Manutenção Mater Dei. Mestranda em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina. Possui experiência na área de ensino superior de Administração e atua principalmente nos temas: Empreendedorismo e Ciclo de Vida das Organizações e Redes de Empresa. josiane@deps.ufsc.br

*** Graduado em Administração pela Faculdade de Administração e Ciências Contábeis de Maceió, especialista em Análise Organizacional Aplicada às Empresas Públicas pela Escola Interamericana de Administração Pública, mestre em Administração pela Universidade Federal da Paraíba e doutorando em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor Adjunto IV da Universidade Federal de Alagoas. Atua principalmente nos temas: Empreendedorismo, Pesquisa Mercadológica e Rede de Empresas. freire@deps.ufsc.br

Introdução

Os sistemas produtivos e o mercado adquiriram dimensão global e, diante dos desafios para atender às exigências desse contexto, as empresas podem formar alianças estratégicas que visem somar esforços em ações que necessitem de uma produção diferenciada e capacidade de inovar, visando, assim, sustentar sua viabilidade competitiva. As empresas que não dispuserem de vantagens competitivas encontrarão dificuldades na manutenção e conquista de mercados.

Para permanecer no mercado global elas precisam inovar continuamente. Precisam ser competentes para inovar na fronteira global. Para sobreviver terão que criar e colocar continuamente no mercado novos produtos, atentando para o desenvolvimento de processos que estejam na fronteira tecnológica, para, com isso, progredir tão rápido quanto seus concorrentes.

Essa realidade vivida pelas empresas, bem como pelos países ou regiões onde elas estão localizadas, aplica-se qualquer que seja o seu tamanho. Independentemente do número de empregados ou do faturamento alcançado, elas estão buscando alternativas de sobrevivência. Nessa busca de aumento de competitividade e de novos mercados, a estratégia de internacionalização tem sido uma das principais alternativas para chegar aos seus objetivos.

As micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), buscando alcançar mais facilmente os mercados internacionais, têm procurado se estruturar em redes de empresas. O ponto central da formação dessas redes parte do princípio de que, quando organizadas, podem tornar-se mais competitivas (EURADA, 2005). Tal organização pode se dar por meio de alianças, que almejam encontrar e implementar soluções para os seus principais problemas, tais como:

- dificuldade no acesso a insumos, créditos e financiamentos;
- dificuldade no acesso à tecnologia de ponta;

- falta de recursos para pesquisa e desenvolvimento (P&D);
- dificuldade na divulgação e promoção de venda de seus produtos;
- dificuldade nas negociações com fornecedores e grandes clientes.

As MPMEs cada vez mais têm sido foco de análises econômicas, devido, primordialmente, ao seu potencial de geração de empregos e distribuição de renda, impactando diretamente no desenvolvimento regional. Outro ponto a ser considerado é a flexibilidade que tais empresas apresentam e sua habilidade de adaptação às exigências e demandas do mercado.

Inseridas nesse contexto, em algumas regiões brasileiras foram encontradas soluções mediante alianças estratégicas, como já ocorre há algum tempo na Itália, as quais hoje estão sendo objeto de estudo. Alguns caminhos foram semelhantes, outros tiveram que ser diferentes, por conta de vários fatores, como cultura, 'atmosfera industrial', recursos naturais, tecnologia e capital financeiro. O conceito de atmosfera industrial é aqui utilizado no sentido de "formas explícitas e implícitas de colaboração e interação, entre agentes econômicos locais dentro dos distritos, enquanto aumentam a produção local e, às vezes, a capacidade de inovação" (RABELLOTTI, 1995, p.35).

Nessa perspectiva, este artigo procura identificar quais efeitos os aglomerados moveleiros da microrregião de São Bento do Sul (Brasil) e da província de Forlì (Itália) exercem no desenvolvimento regional. O estudo justifica-se na medida em que, ao comparar as duas experiências – que consistem em aglomerados voltados à fabricação de móveis –, pode auxiliar a quem busque seguir um caminho semelhante para promover o desenvolvimento regional de seu próprio território.

Com a finalidade de alcançar o objetivo proposto, o trabalho estrutura-se como segue: inicia-se com esta reflexão sobre o tema, seguida de um aprofundamento dos conceitos de aglomerados industriais e desenvolvimento regional, trazendo-se, na seqüência, o modelo de análise da competitividade sistêmica

utilizado. A seção 2 apresenta os aglomerados que são objeto de estudo, a seção 3 busca tecer considerações a respeito dos efeitos dos respectivos aglomerados no desenvolvimento de suas regiões e, finalmente, tem-se algumas considerações finais. A metodologia constitui-se em coleta de dados secundários, bancos de dados e literatura pertinente à área (livros, artigos, anuários estatísticos). As análises realizadas foram tecidas sobre dados quantitativos e qualitativos.

1 Fundamentação teórica

Nos últimos anos o interesse por aglomerados aumentou substancialmente, principalmente pela sua expansão em todo o mundo e pelo papel que hoje representam para o crescimento econômico, tanto de países desenvolvidos como daqueles em desenvolvimento.

A comparação de experiências e caminhos trilhados pelos aglomerados em países ou regiões diferentes tem despertado o interesse da academia e da sociedade em geral, pelas possibilidades que tais análises podem gerar para a melhor compreensão dos vários modelos existentes, melhorando, dessa forma, a governança dos aglomerados e estimulando políticas públicas mais eficientes.

1.1 Aglomerados industriais

Contemporaneamente, a supremacia das grandes empresas entrou em discussão, iniciando um foro construtivo em torno da importância das micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), que passaram a ser vistas como sinônimo de competitividade por sua flexibilidade, capacidade de gerar empregos e habilidades de constituir aglomerações, sistemas ou arranjos produtivos, distritos industriais ou *clusters* (KANTER, 1994).

Segundo Porter (1986), aglomerados são um agrupamento geograficamente concentrado de

empresas inter-relacionadas e instituições correlatas em uma mesma área, vinculadas por elementos comuns e complementares. Aglomerados, para o autor, são massas críticas de sucesso competitivo incomum, ocorrendo em determinadas áreas empresariais. Essas massas críticas têm uma característica notável, que é a de, virtualmente, estar presentes em todas as economias, sejam elas nacionais, regionais, estaduais e até mesmo municipais, com ênfase nos países desenvolvidos (PORTER, 2000).

De acordo com o foco deste artigo, optou-se pelo que Porter (1999a, p.219) denomina "casos especiais de aglomerados": os distritos industriais. Na visão do autor, os distritos industriais, baseados no estilo italiano, podem ser vistos como concentrações geográficas de empresas de pequeno e médio portes que, dominando a economia regional, são predominantes em certos tipos de setores.

Nas palavras de Amorim, Moreira e Ipiranga (2003), um distrito industrial engloba aspectos como: firmas especializadas, territorialização, mercado de trabalho e cooperação. Amorim *et al.* (2002), com base em Pyke, Becatini e Sengenberger, complementam que qualquer definição de "distrito industrial" não estará livre de controvérsia. No entanto, afirmam que este conceito pode representar sistemas produtivos locais, caracterizados por um grande número de firmas que são envolvidas em vários estágios e em várias vias, na manufatura de um produto homogêneo.

Para Becattini (1990), a noção de distrito industrial pode ser buscada em Alfred Marshall. Em sua opinião, foi Marshall (1919) quem demonstrou, pelos seus textos, que a maioria das vantagens da produção em larga escala pode ser alcançada por um agrupamento de pequenas empresas concentradas em um local onde fossem realizadas as diversas fases da produção e ali estivessem disponíveis a mão-de-obra e os insumos necessários. Assim, o distrito industrial caracteriza-se pela proximidade geográfica de um grande número de micros, pequenas e médias empresas, especializadas

na produção de um mesmo produto ou num determinado segmento de produção. Convém salientar que o distrito industrial, na percepção marshalliana, visualiza a possibilidade de construção de uma relação de cooperação, baseada na confiança mútua e em aspectos socioculturais, formada pelas redes de interação entre seus agentes (SIGNORINI, 2004).

Um distrito industrial pode ser definido ainda como um ambiente onde estão localizados uma comunidade de pessoas e um grupo de empresas de pequeno porte interagindo em um determinado contexto territorial e histórico (BECATTINI, 1991). Para Brusco (1990), um distrito industrial é um território no qual opera, num mesmo tempo, um grande número de pequenas empresas que estabelecem uma estreita relação entre si, seja pelo fato de que muito freqüentemente compram e vendem mercadorias conjuntamente, seja porque trabalham num mesmo setor, ou ainda pelo fato de comercializarem seus produtos, principalmente as exportações, para um mercado comum.

Dispostas a trabalhar juntas, tais empresas unem forças, trocam produtos, conhecimentos, integram as atividades, mas continuam independentes, sem mudança de propriedade (BRONZINI, 2004). Nesse sentido, o distrito pode ser considerado uma grande empresa, concentrada num território, sem os muros da fábrica fordista, onde todos buscam soluções para seus problemas comuns, como tecnologia de produção, de processos, produtos e *design*.

Esses tipos de aglomerados têm despertado o interesse de estudiosos do desenvolvimento regional e da competitividade industrial. Tal sistema de aglomeração tem provado que o tamanho da empresa não determina seu sucesso, mas a interconexão entre as pequenas empresas, onde todos trabalham numa estreita colaboração, confere ao processo produtivo maior flexibilidade, qualidade, inovação e criatividade, construindo, assim, diferenciais competitivos.

1.2 Desenvolvimento Regional

O desenvolvimento socioeconômico regional pode ser impulsionado pela presença de aglomerações de empresas, principalmente quando compostas por MPMEs (CASSIOLATO et al., 2003; ALBAGLI; MACIEL, 2003). Levando em conta que a análise dessa influência é um dos objetivos deste artigo, a presente seção visa esclarecer a amplitude do conceito de desenvolvimento regional.

Ainda não existe um consenso em relação ao conceito de desenvolvimento. Por muito tempo este era analisado apenas na sua componente econômica (MAMBERTI; BRAGA, 2004), desconsiderando as dimensões sociais, geoambientais, político-institucionais e científico-tecnológicas (CASAROTTO; PIRES, 2001).

Uma série de instituições que compõem os territórios se fortalece com o desenvolvimento da região, sendo possível avaliar sua pujança pelo envolvimento de outros fatores que não somente a expansão industrial propriamente dita. Vázquez Barquero (2001, p.29) afirma que “cada fator e o conjunto de fatores determinantes da acumulação de capital criam um entorno no qual tomam forma os processos de transformação e de desenvolvimento das economias”. Assim, são a sinergia e flexibilidade entre os diferentes atores atuantes em uma região que propiciam o crescimento e desenvolvimento regional.

A partir dessa nova visão de desenvolvimento, pode-se considerar outros indicadores além da distribuição de renda e dos níveis de produção. Outros estudos (OLIVEIRA; LIMA, 2003; MAGALHÃES; MIRANDA, 2005) têm focado a relação entre desenvolvimento e qualidade de vida, analisando dados de: educação, saúde, criminalidade, saneamento, cultura, lazer, acesso à tecnologia, entre outros.

Um dos índices mais utilizados no mundo é o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), “criado pelos economistas Mahbub ul Haq e Amartya Sen, em 1990, e que tem o mérito de permitir comparar as condições

de vida nos mais diferentes países e áreas, usando indicadores de renda, longevidade e educação” (ZANCAN *et al.*, 2002, p.41).

Outro índice bastante difundido para cálculos do desenvolvimento regional é o de Gini. Criado pelo estatístico e demógrafo italiano Conrado Gini, mede o grau de concentração de um fator, por exemplo a renda, dentro de um grupo. O índice varia de 0, quando existe total distribuição da renda (todos dentro do grupo apresentam renda igual), até 1, quando apenas um indivíduo detém toda a renda do grupo (BERNDT *et al.*, 2003).

1.3 Modelo de análise da competitividade sistêmica

Porter, uma das vozes mais ouvidas nos últimos anos quando se fala em competitividade, diz que esse atributo em uma nação tem uma relação de dependência com a capacidade de sua indústria de inovar e atualizar-se (PORTER, 1990a). Além da inovação e da atualização, alcançar altos níveis de produtividade é importante. Um alto padrão de vida para os habitantes de uma nação está estritamente ligado à capacidade das empresas de obter elevados níveis de produtividade e continuamente a incrementarem (PORTER, 1990b).

Na visão de Rosseto (2000, p.9), “a economia está baseada em um suporte pluridimensional, multinível, onde a competência é fruto de diálogo e tomada de decisões conjuntas pelos grupos de atores envolvidos”, ou seja, a competitividade de uma empresa ou aglomerado não depende apenas das suas características e decisões individuais. Porter (2000), ao abordar a importância de *clusters* na economia globalizada, e ao definir *cluster*, chama atenção para a importância de grupos de empresas e associações de instituições que podem estar unidas em torno de afinidades comuns. Essa união e complementaridade que cercam as indústrias e outras entidades são importantes para a competição. Na mesma linha de

pensamento, Albuquerque (2003) afirma que deve ser estimulada, no território, a construção de redes de cooperação empresarial procurando mostrar aos atores qual a importância que elas exercem no sentido de incrementar posições competitivas nos mercados.

Com base em tais conceitos, entende-se que a competitividade deve ser analisada de forma mais abrangente. Neste entendimento, pode-se afirmar que a competitividade das empresas que integram uma região está fundamentada na forma como a sociedade se organiza. Da sinergia entre os diferentes atores é que surgem as ações que propiciam o desenvolvimento regional.

Mendez (2002) observa que em certas regiões há contradições entre posições inovadoras de empresas que não são acompanhadas de ações locais por parte do seu entorno, o que não permite um avanço capaz de promover um desenvolvimento integrado. A esta dissociação dos aspectos inovadores de um determinado setor de atividade, com uma deficiente ordenação de recursos, o autor chamou de territórios duais, concluindo daí que, para haver um progresso integrado da região com os setores da economia mais avançados, é preciso que haja outros aspectos complementares àqueles puramente econômicos, assim resumidos:

- a) criação de um clima social capaz de incorporar novidades;
- b) existência de redes locais de cooperação;
- c) presença de instituições públicas locais e regionais que apoiem o desenvolvimento regional;
- d) esforço em melhoria da formação de recursos humanos (MENDEZ, 2002, p.9).

A metodologia do Instituto Alemão de Desenvolvimento (IAD), proposta por Esser *et al.* (1994), fundamenta-se na afirmação de que, para se avaliar a capacidade competitiva, é necessário analisar quatro níveis: macro, meta, meso e micro.

- Nível meta (competitividade setorial) - analisa fatores socioculturais, tais como propensão à cooperação, empreendedorismo, capital social, entre outros;

- Nível macro (competitividade estrutural) - analisa fatores macroeconômicos, ou seja, tem como principal ator o governo central, através de suas políticas cambiais, monetária, industrial, tecnológica, entre outras;
- Nível meso (competitividade setorial) - analisa fatores regionais, como infra-estrutura, políticas locais e instituições de suporte;
- Nível micro (competitividade empresarial) - analisa fatores internos, como estratégia, flexibilidade, qualidade, eficiência, alianças.

Ao adotar o conceito de competitividade sistêmica é possível verificar, em cada um dos níveis, qual fator atuante contribuiu para o desenvolvimento regional e, ao estabelecer a comparação entre duas regiões, torna-se mais evidente identificar onde e qual a importância da atuação de um dado elemento. Meyer-Stamer (2001, p.20) afirma:

o desenvolvimento industrial bem-sucedido não se cria apenas com fatores do nível micro de empresas e do nível macro das condições macroeconômicas em geral, mas também com medidas específicas de governos e ONGs para fortalecer a competitividade de empresas (nível meso) – em que a capacidade de articular macro e meso política de promoção depende tanto de estruturas fundamentais políticas e econômicas, como de constelações de atores (nível meta).

O modelo de competitividade sistêmica, proposto pelo IAD, por abranger uma gama bastante diversificada de fatores que interferem no desenvolvimento de um setor ou ramo de atividade, mostra-se como mais apropriado para o fim a que se propõe o presente artigo.

2 Caracterização dos aglomerados e análise da competitividade sistêmica

Os dois primeiros itens a seguir apresentam uma breve caracterização dos aglomerados, contendo informações de localização, história, empresas, produtos, mercados e estratégias. No terceiro item, faz-se o diagnóstico da competitividade sistêmica dos mesmos.

2.1 Caracterização do aglomerado de São Bento do Sul (Brasil)

A regionalização do aglomerado moveleiro de São Bento do Sul abrange uma área que engloba basicamente três municípios na microrregião denominada Alto Vale do Rio Negro, localizada no planalto norte do Estado de Santa Catarina, sul do Brasil. A região industrial liderada por São Bento do Sul conta ainda com os municípios de Rio Negrinho e Campo Alegre. O início se deu por volta de 1873, quando o Estado de Santa Catarina recebia imigrantes de países como Bavária, Prússia, Polônia, Saxônia e Tchecoslováquia, e tinha como primeiro destino as regiões baixas de Joinville. Seguindo as margens do Rio São Bento, alguns colonos subiram até o planalto, onde se instalaram 70 famílias, que conseguiriam a emancipação do município de São Bento do Sul em 1884 (ACIB; UNIVILLE, 2004).

Aproveitando-se da madeira retirada da floresta, propiciaram o surgimento das serrarias, carpintarias, marcenarias, precursoras da indústria moveleira que se instalaria mais tarde. A facilidade em obter madeira de lei, como o pinheiro, a imbuia, a canela, permitiu que surgissem as primeiras fábricas artesanais.

A regionalização do aglomerado moveleiro caracteriza-se por uma microrregião cujo principal município é São Bento do Sul, mas as indústrias estão espalhadas por dois outros municípios: Campo Alegre e Rio Negrinho. A cidade, que empresta o nome ao aglomerado, possui 65,4 mil habitantes, segundo o Censo Demográfico 2000, do IBGE, e, se somada aos outros dois municípios, totaliza 114.778 habitantes. A microrregião, por sua vez, pertence a um espaço maior denominado mesorregião, com uma população de 1.026.606 habitantes, situada ao norte do Estado de Santa Catarina.

A indústria de transformação, que engloba a fabricação de móveis, apresenta uma produção industrial bruta no valor de R\$ 815 milhões, em um total de 994 empresas, que empregam 20.556 pessoas, o que representa 57% da força de trabalho da região.

Em estudo sobre o setor moveleiro no Brasil, Gorini (1998) relata que 210 empresas moveleiras nos

municípios de São Bento do Sul e Rio Negrinho empregam um total de 8.500 funcionários. Dessa forma, o aglomerado posiciona-se em primeiro lugar em número de trabalhadores, e em segundo lugar na quantidade de empresas, atrás apenas de Votuporanga, no Estado de São Paulo. O aglomerado produz principalmente móveis de pinus, dormitórios, cozinhas e sofás. Seu mercado principal é internacional, responsável por 40% dos US\$ 390 milhões exportados pelo Brasil, mas menos de 1% do mercado mundial (GORINI, 1998).

2.2 Caracterização do aglomerado de Forlì (Itália)

A província de Forlì-Cesena, na região da Emilia-Romagna, norte da Itália, é famosa por seus distritos industriais e concentrações em rede, experiências, mecanismos e estruturas de funcionamento. A Emilia-Romagna localiza-se na região da Itália considerada mais desenvolvida, quando comparada com o sul do país. A letargia em que viveu essa região nos anos oitenta foi substituída, nos anos noventa, por taxas mais altas de crescimento, decorrentes de reestruturação da indústria regional e mudanças na estrutura de governança (RINALDI, 2005).

Ao comparar as rendas familiares geradas nas províncias de Sicília, Basilicata e Calábria com as da Emilia-Romagna, Toscana, Lombardia, Trentino e Friuli, pode-se perceber um dualismo na economia italiana. Na Emilia-Romagna, em especial, uma região com forte presença de redes de pequenas empresas, a desigualdade entre os valores médios de renda e riqueza reside basicamente na diferente composição da população e em suas características sociodemográficas (CAMPI; BONATI, 2002).

Na Emilia-Romagna, a indústria de móveis é descentralizada. Em Forlì e Modena estão concentradas as indústrias de móveis residenciais; em Parma e Reggio Emilia, a produção de cozinhas, móveis de decoração, camas e eletrodomésticos; e em Capri e Rimini situam-se as empresas fabricantes de máquinas para processar a madeira. Forlì caracteriza-se pela grande concentração

de empreendimentos ligados à área de decoração, os quais, em menor intensidade, estão presentes também em algumas comunidades (*comuni*) adjacentes, como Castrocaro, Meldola, Predappio, Bertinoro.

A província de Forlì-Cesena, com uma população de 358.542 habitantes (Censo de 2000), possui uma área de aproximadamente 2.300 km², englobando 30 subdivisões, ou *comuni*, segundo a terminologia italiana, sendo a cidade de Forlì sua capital, com 108.335 habitantes, a mais populosa da província.

Dados da Unione Regionale delle Camere di Commercio dell'Emilia-Romagna (2005) mostram que os distritos industriais da Emilia-Romagna são aglomerações de centenas ou milhares de empresas, onde podem ser encontrados principalmente os empreendimentos de pequeno e médio portes, que operam de forma independente num mesmo segmento de produção industrial, atuando num determinado espaço territorial.

Inserido nesse panorama regional, o setor secundário representa 30% dos empregos da província de Forlì-Cesena, segundo dados de 2001, e a atividade econômica industrial contribui com 27,6% do valor agregado da província (1999). O número de indústrias cresceu pouco no período 1997-2002, de 4.926 para 5.036. No entanto, o setor madeira-móveis teve um pequeno decréscimo, de 1.045 para 1.030 no mesmo período.

Grande parte das empresas é de pequeno porte, em sua maioria jovens, as quais possuem menos de 10 empregados. O distrito industrial moveleiro conta com cerca de 1.000 empresas, com um faturamento anual de 50 milhões de euros; destes, 50% são provenientes de exportações. Complementando a cadeia (em processos artesanais, de preenchimento/espumas e de fabricação de embalagens) existem outros 1.000 empreendimentos ocupando cerca de 6.000 empregados, principalmente mulheres, com faturamento anual de aproximadamente 300 milhões de euros.

O distrito forlivense produz móveis de qualidade, destinados a uma faixa de renda média-alta, constituídos de grande cunho artesanal, o que contribui para o valor

agregado de seus produtos. Uma característica típica das empresas desta zona industrial é sua forma de conduzir partes do sistema produtivo com emprego limitado de capital. Os titulares das empresas que operam diretamente na fábrica constituem uma figura híbrida entre empreendedores, dirigentes e funcionários, aprendendo, todos juntos, com uma forma inicial de colaboração e grande pesquisa de operações especializadas.

Hoje os empreendimentos que fazem parte do distrito procuram cercar-se de modernização, organização e racionalização dos processos produtivos,

compreendendo ainda a importância da qualidade, da inovação e do *design* para garantir produtos apreciados por consumidores seletos de vários países, com grande competitividade pelo diferencial que conquistaram.

2.3 Análise da competitividade sistêmica dos aglomerados

A análise da competitividade sistêmica dos dois aglomerados em estudo, utilizando-se o modelo de Meyer-Stamer (2001), é apresentada no quadro 1, a seguir.

QUADRO 1 - ANÁLISE DA COMPETITIVIDADE SISTÊMICA

NÍVEL	SÃO BENTO DO SUL	FORLÌ
Micro	Utiliza a tecnologia, a qualidade e o preço como base de competição. As máquinas são de última geração, com alto nível de qualidade. A cidade de São Bento do Sul tem seu nome associado a móveis no imaginário nacional, no entanto não existe uma marca regional, as empresas comercializam com marcas próprias. Pouca integração e entrelaçamento entre os atores do aglomerado. Cadeia de valor pouco alargada na região. Maquinário importado, principalmente da Itália.	A tecnologia, a inovação e a qualidade são a maior base de competição do aglomerado. Com um parque industrial distribuído em seis comuni do território da província, o aglomerado é marcado pela forte presença de pequenas empresas e apresenta alta integração, com forte alargamento da cadeia de valor. A presença de uma cultura de cooperação entre as empresas tem ajudado a integração e contribui para que haja forte entrelaçamento entre elas.
Meso	A região conta com uma infra-estrutura razoável em relação às demais regiões brasileiras, mas desfavorável quando comparada com sua similar italiana. Quanto à estrutura de suporte, o SENAI oferece serviços laboratoriais (físico-químico e físico-mecânico de ensaios). Existem três instituições que oferecem 26 cursos técnico-profissionalizantes e quatro instituições de ensino superior. O SEBRAE possui programas para o desenvolvimento da indústria moveleira (tecnologia, produção, exportação, capacitação de fornecedores, entre outros). Segundo Lanzer et al. (1997), a FIESC (Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina) criou um Centro Internacional de Negócios em São Bento do Sul e ainda um Centro de Gestão Empresarial, com o objetivo de orientar os empresários locais e prepará-los para as atividades de exportação. Da mesma forma, o município procurou apoiar os empresários locais criando a FETEP (Fundação de Ensino, Tecnologia e Pesquisa), em 1975, para promover estudos, pesquisas e projetos relacionados ao desenvolvimento tecnológico, econômico e social da região. O aeroporto mais próximo está a 80 km. Possui terminais ferroviários em Rio Negrinho e Mafra. O principal porto de escoamento fica a 117 km. O escoamento rodoviário se dá através de três rodovias federais e uma estadual. Na área de educação, a região conta com escolas da rede privada de ensino e públicas no âmbito estadual e municipal, abrangendo todas as faixas etárias desde a infantil. O ensino técnico profissional oferece 26 cursos. No ensino superior a região é atendida por uma universidade pública e três universidades do ensino privado.	O distrito dispõe de boa infra-estrutura, o que se vê nos índices de competitividade das redes de rodovias, que se apresentam superiores aos da própria região da Emilia-Romagna e Itália. Dados da Unioncamere para 2004 e atribuindo o índice base=100 para a Itália, mostram Forlì com 153,6. Em termos de ferrovias, no entanto, Forlì fica abaixo (51,6) do índice da Emilia-Romagna (127,1). Entretanto, os índices para portos (155,0), aeroportos (97,2), rede energética (99,6), rede bancária (99,0), infra-estrutura econômica (103,2) e infra-estrutura econômico-social (98,8) colocam-na em situação confortável, quando comparado com a Emilia-Romagna, o nordeste italiano e a própria Itália. Em relação ao contexto social os índices de Forlì também são considerados favoráveis. Quando não são superiores aos da Itália, deles se aproximam. É o caso dos índices de estrutura educacional (86,6) e estrutura sanitária (102,6). Todos esses índices são resultantes de um tecido territorial onde a existência de políticas públicas de apoio às empresas, principalmente as pequenas, favorece o desenvolvimento e a estabilidade de negócios e gera saldos comerciais positivos para a província. A participação dos sindicatos e associações empresariais também tem contribuído para o fortalecimento da província e do distrito e para o estabelecimento de critérios de qualidade dos produtos que tornam a marca Forlì respeitada e responsável por uma grande parcela das exportações.
Macro	O pólo moveleiro de São Bento ocupa a posição de terceiro maior produtor nacional, responsável por 40% das exportações brasileiras (US\$ 390.000.000,00), devido principalmente à exportação, que tem seus resultados financeiros muito vinculados à oscilação da taxa de câmbio. O setor, tal qual o restante da indústria nacional, sofre com a elevada taxa de juros, alta tributação e escassez de financiamentos. No momento atual a valorização do real, em relação às principais moedas internacionais, tem prejudicado significativamente as exportações.	A estabilização e o fortalecimento do Euro, como moeda padrão da União Européia, bem como as baixas taxas de inflação na Zona Euro, têm permitido às empresas concentrar-se no aumento da qualidade e na customização como formas de manter sua competitividade. A política cambial também não tem criado obstáculos à exportação dos produtos, não só do distrito moveleiro como de toda a indústria manufatureira da província. O resultado é uma balança comercial com saldos positivos. Em 2004, por exemplo, segundo a Unioncamere, a balança comercial acusou um saldo de € 958.344.956,00.
Meta	A cultura da região é mais competitiva do que cooperativa, influenciada pelos imigrantes alemães, extremamente organizados, mantendo traços individualistas. Aparentemente também não ocorrem fortes estímulos ao empreendedorismo, observando-se que na cultura local, capitalista, privilegiam-se grandes empresas. No entanto, existem iniciativas, principalmente entre as pequenas empresas, que visam à troca de informações e à cooperação em questões específicas. Grande parte das empresas utiliza as instituições de ensino na capacitação de seus funcionários, mas existe pouco investimento por parte das indústrias em questões voltadas para P&D, transferência de tecnologia e assessorias. Pelo fato de a competitividade basear-se principalmente no preço, observam-se dificuldades na exportação e, conseqüentemente, uma acentuada queda nas taxas de emprego.	Existe um elevado grau de cooperação entre as empresas, o que é uma característica não só de Forlì, mas de toda Emilia-Romagna. A forte influência socialista no pós-guerra foi responsável pelo surgimento de uma acentuada cultura de colaboração que permitiu o fortalecimento das pequenas empresas e o seu entrelaçamento, proporcionando um alto grau de apoio entre elas. Por estar situado em uma das regiões mais ricas da Itália, próximo a centros de elevado grau cultural e tecnológico, o distrito aproveita tais facilidades para desenvolver uma indústria moveleira com alto valor agregado e uma marca que se impôs através de produtos de qualidade. Isso permitiu aos atores locais obter competitividade internacional. A cultura de empreendedorismo aí existente favorece o surgimento de pequenas empresas ligadas ao setor. O setor moveleiro tem apresentado taxas de emprego ascendentes, enquanto outras atividades amargam quedas.

FONTES: Esser et al. (1994), Unioncamere (2005)

3 Os efeitos dos aglomerados no desenvolvimento regional

As duas regiões têm como elementos comuns a participação da indústria moveleira como centro gerador de riqueza e desenvolvimento econômico regional. A utilização dessa riqueza como geradora de bem-estar social e desenvolvimento não-econômico (saúde, segurança, lazer, educação, cultura e oportunidades de emprego) não seguiu os mesmos caminhos nas duas regiões. Em Forlì houve maior distribuição de renda, enquanto em São Bento do Sul ainda persiste uma maior concentração. Essa comparação deu-se ao observar os modelos de empresas nas duas regiões. São Bento concentra-se mais na média e grande empresas, enquanto Forlì segue o modelo clássico da região da Emilia-Romagna: a grande maioria das indústrias é de pequeno porte, com poucos empregados. A tendência dos dois modelos é a de gerar diferentes níveis de distribuição de renda, o que pode ser medido pelo índice de Gini.

A limitação surgida para a realização desse tipo de análise esteve relacionada às dificuldades em se encontrar dados de períodos que possam ser comparados. Além disso, indicadores utilizados nos países em desenvolvimento não são facilmente encontráveis em nações consideradas desenvolvidas. O Relatório para o Desenvolvimento Humano (2005) contempla dados agregados para todos os países do mundo, mas quando se desce ao nível de municípios ou *comuni* (no caso italiano) só foi possível encontrar informações para o Brasil. A alternativa utilizada foi comparar com dados agregados em um grau maior (a região da Emilia-Romagna, onde a província de Forlì está localizada). A justificativa para esse procedimento metodológico é que as províncias da Emilia-Romagna são relativamente homogêneas e os índices regionais provavelmente não são muito diferentes dos provinciais.

O impacto dos modelos de desenvolvimento adotados pelas duas regiões pode ser visto pelos

resultados apresentados na tabela 1. O índice de desenvolvimento humano médio (IDH-M) da microrregião de São Bento do Sul (0,741-0,816), embora se apresente menor que o da província de Forlì (0,911-0,921), tem crescido a uma taxa anual maior. É provável que isso decorra do fato de que Forlì já atingiu patamares elevados, o que, conseqüentemente, provoca uma desaceleração nas suas taxas de superação desses índices. Essa mesma análise aplica-se ao índice de longevidade (IDH-L), que, baseado na esperança de vida, reflete as condições de saúde e saneamento oferecidas à população; e ao índice de educação (IDH-E), o qual se fundamenta nas taxas de alfabetização de adultos e de matrículas em todos os níveis de ensino. Este último pode ser reforçado com os dados do percentual da população analfabeta com mais de 14 anos, que na microrregião de São Bento decresceu a uma taxa estimada anual de 4,63%. Forlì, mesmo já tendo atingido patamares mais elevados de escolarização, ainda assim apresentou uma taxa maior, o que indica uma maior eficiência no combate ao analfabetismo de adultos.

TABELA 1 - INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

DISCRIMINAÇÃO	MICRORREGIÃO DE SÃO BENTO DO SUL ⁽¹⁾		VARIÇÃO ANUAL (%)	FORLÌ-CESENA		VARIÇÃO ANUAL (%)
	1991	2000		1991	2000	
População	90.113	114.778	2,72	⁽²⁾ 348.647	⁽²⁾ 354.474	0,18
IDH-M	0,741	0,816	1,08	⁽³⁾ 0,911	0,921	0,27
IDH-L	0,740	0,818	1,12	⁽³⁾ 0,887	⁽¹¹⁾ 0,925	1,05
IDH-E	0,823	0,913	1,16	⁽³⁾ 0,914	⁽¹³⁾ 0,922	0,22
IDH-R	0,661	0,717	0,91	⁽³⁾ 0,931	⁽¹²⁾ 0,915	-1,43
Índice de Gini	⁽⁴⁾ 0,48	⁽⁵⁾ 0,46	-0,5	⁽⁶⁾ 0,41	⁽⁶⁾ 0,40	-0,3
Renda <i>per capita</i> (dólares anuais)	5.248	7.358	3,83	⁽⁷⁾ 26.473	20.338	-6,38
Esperança de vida ao nascer (anos)	69,4	74,1	0,73	⁽⁷⁾ 78,2	⁽⁸⁾ 80,5	0,73
Mortalidade até 1 ano de idade (em 1.000 nascidos vivos)	28,4	17,9	-5,0	⁽⁹⁾ 6,6	⁽⁹⁾ 3,9	-5,68
Percentual da população analfabeta com mais de 14 anos	6,45	4,21	-4,63	1,75	⁽¹⁰⁾ 1,0	-5,35

(1) Dados estimados a partir de dados originais do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil - PNUD, 2003.

(2) Dados para a província de Forlì. Fonte: ISTAT (1991, 2000).

(3) Dados da Emilia-Romagna para o ano de 1996. Fonte: ACP (2002).

(4) Estimado a partir de dados do IBGE - Censo de 1991.

(5) Estimado a partir de dados do IBGE - Censo de 2000.

(6) Índice da Itália. Fonte: CNEL. *Indicatori per lo sviluppo sostenibile: rapporto finale*, 2005.

(7) Dados da Emilia-Romagna para o ano de 1995. Fonte: ACP (2002).

(8) Dados estimados para a Província de Forlì, ano de 1999. Fonte: ISTAT.

(9) Dados para a província de Forlì no ano de 1992. Fonte: ISTAT.

(10) Dados estimados para a província de Forlì no ano de 2001. Fonte: ISTAT.

(11) Dados estimados para a província de Forlì. Fonte: Instituto Guglielmo Tagliacarne.

(12) Dados estimados para a província de Forlì. Fontes: Instituto Guglielmo Tagliacarne, Banco Central do Brasil.

(13) Dados estimados para a província de Forlì no ano de 2000. Fonte: ISTAT.

O índice de desenvolvimento humano de renda (IDH-R) utiliza a renda *per capita* para analisar o poder de compra da população. No caso da microrregião de São Bento do Sul o índice apresentou uma melhoria (0,661-0,717), impulsionado principalmente pelo aumento da renda *per capita*, que cresceu de US\$ 5.248,00 para US\$ 7.358,00. No caso forlivese o mesmo índice teve um pequeno decréscimo (0,931-0,915), com a renda *per capita* passando de US\$ 26.473,00 para US\$ 20.338,00. No entanto, tais números devem ser vistos com cuidado, pois são valores decorrentes da valorização do euro frente ao dólar.

Como o modelo de São Bento do Sul está concentrado em empresas com grande número de operários, enquanto em Forlì é imane o número de empreendimentos que possuem até dez empregados, a tendência é a concentração de renda em uma pequena parcela da população, o que pode ser observado pelo índice de Gini. Este índice, em São Bento do Sul, estimado a partir de dados dos censos demográficos do IBGE (1991; 2000), apresenta valores mais elevados do que a Itália como um todo. Admitindo-se que geralmente esse índice tende a se apresentar menor quando é calculado para regiões específicas de um país, em relação a ele, os autores acreditam que Forlì apresenta um valor muito inferior ao de São Bento do Sul. Essa suposição está ancorada no fato de que o índice de Gini do Brasil, para o período utilizado (0,63-0,65), é superior ao do Estado de Santa Catarina (0,55-0,65) e ao da microrregião.

Apesar de São Bento do Sul ainda estar distante dos resultados já alcançados por Forlì, é provável que a presença do aglomerado moveleiro na região, ao gerar renda e impostos, tenha tido como consequência maiores investimentos públicos, o que se comprova pelo aumento dos seus índices de desenvolvimento humano, pela diminuição do analfabetismo, pelo aumento da expectativa de vida e pela diminuição da mortalidade infantil.

Uma característica específica que pode ser observada entre os dois aglomerados em análise deriva

principalmente das peculiaridades culturais, visto que estas podem ter determinado o rumo diferenciado que seguiram os dois aglomerados.

Maturana e Varela (2001, p.223) definem condutas culturais como: "as configurações comportamentais que, adquiridas ontogeneticamente na dinâmica comunicativa de um meio social, são estáveis através de gerações". Os autores referem-se mais precisamente a um conjunto de interações comportamentais de determinado grupo. Portanto, tais comportamentos diferem entre grupos distintos, ou, ainda, entre grupos que não pertencem à mesma dinâmica de meio social.

Entre os distritos industriais italianos é possível visualizar uma capacidade de ajuda mútua. Os proprietários de pequenas empresas vêem seus concorrentes como amigos, colegas, que podem auxiliá-los. Trabalhando numa estreita colaboração, conseguem unir forças conferindo aos produtos e processos produtivos maior competitividade, disseminando entre os seus conhecimentos tácitos e explícitos, aprimorando competências e dividindo custos comuns.

Para Brusco (1992), um dos pontos principais do sistema italiano compreende a facilidade de as empresas se agruparem, se constituírem em redes, sendo que existem diversas redes em um mesmo distrito industrial. Tais localidades territoriais permitem a obtenção de uma economia de escala, que facilita a otimização dos processos de produção, graças a um entendimento desde as empresas que fabricam componentes até as que entregam o produto pronto. Tal ação fortalece o sistema, que permite a articulação entre tantas pequenas empresas.

Já no caso do Brasil, o incentivo à pequena empresa sempre passou à margem, por conta, entre outros fatores, do incentivo dos governos – nos três níveis: central, estadual e municipal – em atrair a grande indústria multinacional como a geradora de empregos. Esses incentivos consistem desde o local para a construção da instalação física, até a abdicção de impostos importantes por dezenas de anos.

De acordo com Costa e Cunha (2002), a economia, através de um planejamento estatal centralizado, no Brasil, iniciou-se na década de 50 e estendeu-se até os anos 90. Embora tenha acontecido uma mudança a partir desta década, ainda há um resquício cultural na sociedade em relação às grandes empresas. Outro fator que também deve ser considerado refere-se às inúmeras crises econômicas pelas quais o país atravessou. O encorajamento de atividades empreendedoras foi, até então, visto quase como utópico. Soma-se ainda o fato de que as atividades empreendedoras no Brasil, em sua grande maioria, são atividades de subsistência, sem um planejamento adequado e praticamente sem suporte de instituições especializadas.

Hisrich e Peters (2004) acreditam na teoria de crescimento econômico que considera a inovação como o fator mais importante, não apenas para o desenvolvimento de novos produtos, mas também no estímulo ao interesse em investir em novos empreendimentos que podem ser criados para dar suporte a redes de pequenas empresas, dividindo custos e somando benefícios.

3.1 Comparação dos dois distritos industriais utilizando os indicadores disponíveis

O índice de Gini (PNUD, 2003) calculado para o município de São Bento do Sul nos anos de 1991 e 2000 mostra um ligeiro crescimento na concentração de renda. Esse índice mudou de 0,47, em 1991, para 0,49 em 2000. Apesar do crescimento ter sido pouco significativo (0,02), mostra que no desenvolvimento apresentado pela região a renda gerada não teve melhor distribuição, continuando concentrada, reforçando a cultura das grandes empresas.

O aumento da renda *per capita*, por outro lado, mostrou crescimento de 42,76%, no mesmo período, e houve diminuição da proporção de pobres. Como a proporção de pobres retrocedeu 28,21%, isto pode

ser interpretado como uma melhor distribuição da renda. No entanto, como o índice de Gini mostra que continuou havendo concentração de renda nas mãos de poucos, acredita-se que a redução na proporção de pobres foi resultado do aumento de ofertas de emprego por parte das grandes empresas.

Os demais municípios da microrregião, Rio Negrinho e Campo Alegre, mostraram, no mesmo período, resultados opostos quanto ao índice de Gini. Enquanto no primeiro houve aumento (0,48 para 0,49), no segundo houve diminuição (0,48 para 0,47). As diferenças podem ser consideradas insignificantes, mas mostram grande concentração de renda. Essas pequeníssimas mudanças nos valores do índice mostram que, apesar do aumento da renda *per capita*, 29,49% em Rio Negrinho e 55,69% em Campo Alegre, a riqueza gerada continuou concentrada. Entretanto, esses valores são inferiores ao do Brasil, que alcança 0,59, segundo o PNUD (2003).

A dificuldade em obter dados para o mesmo período, referentes à província de Forlì, impede uma comparação mais acurada. No entanto, dados da Banca d'Italia para o período 1995-2000 apontam um índice de Gini bem mais baixo na região da Emilia-Romagna, onde Forlì está inserida. O valor informado pela Banca d'Italia é de 0,29. Dados do PNUD, em seu informe sobre o desenvolvimento, edição de 2005, dão esse mesmo índice como sendo de 0,36 para a Itália como um todo. Apesar das diferenças de períodos é perfeitamente compreensível tal discrepância. A Emilia-Romagna e a própria Forlì estão incrustadas numa área da Itália onde existe um grande número de pequenas empresas e, conseqüentemente, maior distribuição de renda.

Conclusões

Em decorrência das análises realizadas, entende-se que o efeito do empreendedorismo no desenvolvimento econômico regional envolve mais do que apenas o aumento de produção e renda *per capita*.

Envolve, também, iniciar e implementar mudanças na estrutura das pequenas empresas e da sociedade. O crescimento de todos os pequenos empreendimentos promove um aumento da produtividade, permitindo maior riqueza, a qual pode ser dividida entre vários atores, ao invés de se concentrar nas mãos de poucos.

Os autores compartilham da visão de que nenhuma cultura é totalmente a favor ou contra o empreendedorismo; entretanto, ela pode oferecer maiores ou menores facilidades para que o mesmo se desenvolva. A cultura que valoriza o empreendedor que cria com sucesso um negócio dará origem a novos empreendimentos. Outra questão reside no fato de o ambiente ser receptivo ou não a novos empreendimentos.

Um quesito que influencia sobremaneira o desenvolvimento econômico regional para os distritos industriais brasileiros são os aspectos de infra-estrutura, como estradas, energia, sistemas de comunicação, um ambiente político-legal bem desenvolvido, normas comerciais estabelecidas, concessão a crédito, bem como uma estrutura educacional coadunada com as necessidades regionais, promovendo treinamentos e especialização da mão-de-obra, desenvolvendo pesquisas e tecnologias de acordo com o setor

industrial no qual está inserida. O nível da qualidade desses fatores tem impacto considerável na capacidade de engajamento nos negócios internacionais.

Contudo, a diferença que realmente gera um resultado significativo sob o desenvolvimento regional pode estar centrada no fato de que o aglomerado de São Bento do Sul tem como principal fator de competição o preço de seus produtos. Dessa forma, precisa de um grande controle sobre todos os custos de produção, os quais devem ser reduzidos, impactando diretamente no salário de seus funcionários e no valor pago à matéria-prima (fornecedores).

No caso italiano, os distritos industriais competem pela diferenciação, pela marca e tradição, o que confere ao produto um alto valor agregado. Possuem competências distintas, reconhecidas pelos clientes como diferenciais em relação aos demais competidores, conferindo, assim, vantagem competitiva. Portanto, tanto a matéria-prima como a força de trabalho podem ser mais valorizadas, dividindo-se os lucros de uma forma mais justa entre todos os *stakeholders*.

- Recebido em: 03/10/2006
- Aprovado em: 25/10/2006

Referências

ALBAGLI, S; MACIEL, M. L. Capital social e desenvolvimento local. In CASSIOLATO, José Eduardo et al. (Orgs). **Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

ALBUQUERQUE, F. **Teoría y práctica del enfoque del desarrollo local**. Madrid: Instituto de Economía y Geografía - Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2003. Disponível em: <http://www.ieg.csic.es/CV/docs/Falburquerque-Coquimbo_Masregion.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2005.

AMORIM, M. A., et al. Núcleos e arranjos produtivos locais: casos do Ceará. In: **Políticas para promoção de sistemas produtivos Locais de MPME**. Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais, 2002. Disponível em: <<http://www.ic.unicamp.br/>>. Acesso em: 02 dez. 2005.

AMORIM, M. A.; MOREIRA, M. V. C; IPIRANGA, A. S. R. **A construção de uma metodologia de atuação nos arranjos produtivos locais (APLs) no estado do Ceará: um enfoque na formação e fortalecimento do capital social e da governança**, Colóquio 2003. Disponível em: <<http://www.ucdb.br/coloquio/arquivos/monica.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2005.

BANCA D'ITALIA. **La distribuzione del reddito e della ricchezza nelle regione italiane**. Bologna: Banca d'Italia, 2003. (Tema di discussione, n.482).

BECATTINI, G. Italian districts: problems and perspectives. *International Studies of Management & Organization*, v.21, n.1, p.83-90, Spring 1991.

_____. The Marshallian industrial district as a socio-economic notion. In: PYKE, F.; BECATTINI, G.; SENGENBERGER, W. (Orgs.). **Industrial districts and inter-firm cooperation in Italy**. Genebra: International Institute for Labour Studies, 1990.

BERNDT, D. J. et al. Measuring Healthcare Inequities using the Gini Index. In: HAWAI'I INTERNATIONAL CONFERENCE ON SYSTEM SCIENCES, 6 a 9 de Janeiro de 2003, Big Island. **Anais...** Disponível em: <<http://www.coba.usf.edu/berndt/research/papers/hicss2003gini.pdf>>. Acesso em: 08 dez. 2005.

BRONZINI, R. Distretti industriali, economie di agglomerazione e investimenti esteri in Itália. In: SIGNORINI, L. F. et al. (Orgs.). **Economie locali, modelli di agglomerazione e apertura internazionale**. Bologna: Banca d'Italia: 2004.

BRUSCO, S. The idea of the industrial district: its genesis. In: PYKE, F.; BECATINI, G.; SENGENBERGER, W. (Orgs.). **Industrial districts and inter-firm cooperation in Italy**. Genebra: International Institute of Labour Studies, 1990. p.10-19.

_____. Small firms and the provision of real services. In: PYKE, F.; SENGENBERGER, W. (Orgs.). **Industrial districts and local economy regeneration**. Genebra: International Institute of Labour Studies, 1992. p.177-192.

CAMPI, R; BONATI, M. Índice di sviluppo umano e mortalità nel primo anno di vita in Italia. **Quaderni ACP**, v.9, n.1, 2002.

CASAROTTO FILHO, N.; PIRES, L. H. **Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local: estratégias para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana**. São Paulo: Atlas, 2001.

CASSIOLATO, J. E. et al. **Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

CNEL. **Indicatori per lo sviluppo sostenibile: rapporto finale**, 2005.

COSTA, F. L. da; CUNHA, A. P. G. Pensar o desenvolvimento a partir do local: novo desafio para os gestores públicos. In: VII CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 7, 2002, Lisboa. 2002. **Anais**. Lisboa: CLAD, 2002.

ESSER et al. **Competitividad sistémica: competitividad internacional de las empresas y políticas requeridas**. Berlim: IAD, 1994.

EURADA. **How to be an entrepreneurial region for the next 10 years?** Disponível em: <<http://www.eurada.org/workingdoc.php>>. Acesso em: 20 jul. 2005.

GORINI, A. P. F. **Panorama do setor moveleiro no Brasil, com ênfase na competitividade externa a partir do desenvolvimento da cadeia industrial de produtos sólidos de madeira**. BNDES Setorial 8, 1998. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/publicacoes/catalogo/setor2.asp>>. Acesso em: 07 dez. 2005.

HISRICH, R. D; PETERS, M. P. **Empreendedorismo**. 5.ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

IBGE. **Censo demográfico 2000: resultados do universo**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 08 nov. 2005.

KANTER, R. M. Collaborative advantage: the art of alliances. *Harvard Business Review*, v.72, n.4, p.96-108, July?]/Aug. 1994.

LANZER, E. et al. **Análise da competitividade sistêmica do setor de móveis em Santa Catarina**. Florianópolis: BRDE, 1997.

MAGALHÃES, J. C. R; MIRANDA, R. B. Dinâmica da renda, longevidade e educação nos municípios brasileiros. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 23, de 2005, Natal. **Anais**. Natal: ANPEC, 2005.

MAMBERTI, M. M. S.; BRAGA, R. Arranjos produtivos turísticos e desenvolvimento local. I SEMINÁRIO INTERNACIONAL O DESENVOLVIMENTO LOCAL NA INTEGRAÇÃO: ESTRATÉGIAS, INSTITUIÇÕES E POLÍTICAS, 1, de 2004, Rio Claro. **Anais**. Rio Claro: UNESP, 2004.

MATURANA, H. R; VARELA, F. J. **A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana**. São Paulo: Palas Athena, 2001.

MENDEZ, R. Innovación y desarrollo territorial: algunos debates teóricos recientes. *EURE*, Revista Latinoamericana de Estudios Urbanos Regulares, v.28, n.84, p.63-83, 2002.

MEYER-STAMER, J. **Estratégias de desenvolvimento local e regional: clusters, política de localização e competitividade sistêmica**. FES/ILDES, 2001. ((Policy Paper nº 28).

OLIVEIRA, G. B; LIMA, J. E. de S. Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável. *Revista da FAE*, Curitiba, v.6, n.2, p.29-37, maio/dez. 2003.

- PNUD. Atlas do desenvolvimento humano no Brasil – 2003. Brasília: PNUD, 2003.
- PORTER, M. E. **Competição: estratégias competitivas essenciais**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- _____. **Estratégia competitiva: técnicas para análise de indústrias e da concorrência**. 7.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1986.
- _____. Location, competition and economic development: local clusters in a global economy. **Economic Development Quarterly**, v.14, n.1, p.15-34, Jan./Mar. 2000.
- _____. The competitive advantage of nations. **Harvard Business Review**, v.68, n.2, p.73, Mar./Apr. 1990a.
- _____. What is national competitiveness. **Harvard Business Review**, v.68, n.2, p.84-85, Mar./Apr. 1990b.
- RINALDI, A. The Emilian model revisited: twenty years. **Business History**, v.47, n.2, p.244-266, Feb. 2005.
- ROSSETTO, C. R. Uma proposta para combinação do modelo de Porter e do modelo de referência do Instituto Alemão de Desenvolvimento (IAD) no estudo da competitividade sistêmica setorial. In: SIMPÓSIO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO 7. 2000, Bauru, SP. **Anais**. Bauru, 2000.
- SIGNORINI, L.F. Intervento Introduttivo. In: SIGNORINI, L. F. et al. (Orgs.). **Economie locali, modelli di agglomerazione e apertura internazionale**. Bologna: Banca d'Italia: 2004.
- UNIONCAMERE. **Dados estatísticos de Forlí-Cesena, Emilia-Romagna e Itália disponibilizados pela Camere di Commercio d'Italia**. Disponível em: <<http://www.unioncamere.it/Atlante/08/prov/040/database.xls>>. Acesso em: 7 nov. 2005.
- UNIONE Regionale delle Camere di Commercio dell'Emilia Romagna. Disponível em: <<http://www.rer.canon.it/>>. Acesso em: 18 nov. 2005.
- VÁZQUEZ BARQUERO, A. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.
- ZANCAN, L; BODSTEIN, R; MARCONDES, W. B. **Promoção da saúde como caminho para o desenvolvimento local: a experiência em Manguinhos-RJ**. Rio de Janeiro: ABRASCO, 2002.